

Interpretação patrimonial: necessidade de diálogo entre educação e cidadania no Brasil

Interpretación del patrimonio: necesidad de diálogo entre educación y ciudadanía en Brasil

Heritage interpretation: need of dialogue between education and citizenship in Brazil

AUTORES

Maria Cristina Caponero*

criscaponero@usp.br

Edson Leite**

edsonleite@usp.br

* Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Pós-Doutorado pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP, Brasil).

** Professor titular do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP, Brasil) e do programa de pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP.

RESUMO:

O presente artigo aborda o diálogo entre interpretação e preservação patrimonial, educação e cidadania. Partindo de um breve percurso histórico, buscamos conceituar interpretação patrimonial, seus princípios, fundamentos, objetivos e agentes envolvidos, assim como apresentar as etapas metodológicas de um plano de realização da interpretação de obras, sejam de natureza pictórica, escultórica ou arquitetônica, reconhecendo os elementos específicos e próprios de cada qual. Buscamos demonstrar, por meio da teoria e da observação do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAO), como as práticas de interpretação e educação patrimonial são relevantes para a preservação da memória e do patrimônio cultural, estimulando a participação da comunidade, num processo de fortalecimento da cidadania, seguindo a estratégia sequencial de Tilden (1957): interpretação–compreensão–apreciação – proteção.

RESUMEN:

El presente artículo aborda el diálogo entre la interpretación y preservación del patrimonio, la educación y la ciudadanía. A partir de un breve recorrido histórico, intentamos conceptualizar la interpretación del patrimonio, sus principios, fundamentos, objetivos y agentes implicados, así como presentar las etapas metodológicas de un plan de interpretación de las obras sean de naturaleza pictórica, escultórica o arquitectónica, reconociendo los elementos específicos y propios de cada cual. Con este propósito, intentamos demostrar, por medio de la teoría y de la observación del *Proyecto Oficina Escola de Artes e Ofícios* (POEAO), que las prácticas de interpretación y educación patrimonial son relevantes para la preservación de la memoria y del patrimonio cultural, fomentando la participación de la comunidad en un proceso de fortalecimiento de la ciudadanía, siguiendo la estrategia secuencial de Tilden (1957): interpretación–comprensión–apreciación–protección.

ABSTRACT:

This article addresses the dialogue between heritage interpretation and preservation, education and citizenship. Starting from a brief historical route, we seek to conceptualize heritage interpretation, its principles, foundations, objectives and agents involved, as well as to present the methodological steps of a plan for carrying out the interpretation of works, whether of pictorial, sculptural or architectural nature, recognizing the elements specific and related to each one. We seek to demonstrate, through theory and observation of the *Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios* (POEAO), how heritage interpretation and education practices are relevant to the preservation of memory and cultural heritage, stimulating

community participation in a process of strengthening citizenship, following Tilden's sequential strategy (1957): interpretation-understanding- appreciation-protection.

1. Introdução: breve histórico da interpretação patrimonial

Desde os primórdios das formações coletivas, a história dos povos vem sendo transmitida de geração em geração de diversas formas, dentre elas através da interpretação de vestígios do passado, documentos, objetos e construções. No entanto, a associação entre interpretação, educação e preservação do patrimônio veio a ocorrer somente a partir da década de 1950, com a publicação do livro *Interpreting our Heritage* (1957), de Freeman Tilden, resultante de seu trabalho durante anos no Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (*National Park Service*). Foi o primeiro livro sobre esta temática e os conceitos apresentados constituem a base para a interpretação do patrimônio. Não obstante, a preocupação da época restringia-se à preservação de parques e especificamente do *Grand Canyon*.

O fim da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas em 1945, e o surgimento dos Estados Nacionais trouxeram para o centro da ação social e política novos agentes sociais, fazendo com que a preocupação com o patrimônio extrapolasse fronteiras, rompendo com as bases privadas. Para isso, foram criados serviços de proteção do patrimônio. Desde então, a UNESCO vem se esforçando continuamente não só para consolidar conceitos, como também para promover ampla discussão mundial sobre meios e ações de proteção no campo da cultura e do patrimônio cultural e natural de todas as nações.

Por meio da publicação de diversas Cartas e Convenções Internacionais, a UNESCO passou a criar um quadro de referências, incentivando os países signatários a elaborarem programas de cooperação para proteção de seu patrimônio. Assim, estabeleceu uma rede de proteção patrimonial com base em critérios universalmente aceitos. Dentre as diversas convenções publicadas pela UNESCO, destaca-se a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972, e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 2003, ambas bases de sustentação para inúmeras questões referentes ao patrimônio material e imaterial, respectivamente. Embora não tratem especificamente da questão da interpretação, valorizam o patrimônio e estimulam a interpretação e preservação patrimonial. O Brasil foi signatário destas convenções e cartas patrimoniais e, desde então, tem sua legislação por elas influenciada (Leite & Caponero, 2015).

Em todo o mundo, pensava-se no reconhecimento de patrimônios nacionais como uma construção histórica baseada em memória coletiva e ideologias que representassem a expressão de indivíduos ou grupos políticos e sociais. Choay afirma que “a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (2006, p. 207).

Ainda na década de 1970, seguindo a linha inicialmente traçada pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha também passou a se preocupar com a interpretação ambiental, e a Inglaterra, por sua vez, ampliou a área de atuação da interpretação, passando a envolver, inclusive, monumentos, edifícios, sítios históricos, áreas significativas e até mesmo cidades. Visava-se à revitalização e à promoção do patrimônio cultural material e de suas áreas adjacentes.

Nas décadas de 1970 e 1980, o foco foi o mercado turístico. Assim, o processo de interpretação patrimonial objetivou criar atrativos históricos e culturais para este mercado. Foi então que surgiram inúmeras tipologias de museus, além de centros culturais, frutos de investimentos públicos e, sobretudo, privados.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural;
interpretação patrimonial;
educação;
cidadania; POEAO.

PALABRAS CLAVE

Patrimonio cultural;
interpretación patrimonial;
educación;
ciudadanía; POEAO.

KEYWORDS

Cultural heritage;
heritage interpretation;
education;
citizenship; POEAO.

Recibido:
28/08/2018

Acceptedo:
13/02/2020

No final da década de 1990, estudos acadêmicos e técnicos revelaram grande preocupação com a preservação do patrimônio, pois seja por vandalismo, por guerras, ou mesmo pela alienação cultural, os padrões de comportamento adotados estavam sendo mais destrutivos do que preservacionistas. Esta preocupação com a destruição dos patrimônios culturais afligia praticamente o mundo inteiro e significava uma grande perda para toda a humanidade. Foi a partir de então que, no Brasil, deu-se início à interpretação patrimonial, procurando alinhar o país ao que já vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos. Entendeu-se que a solução seria conscientizar as pessoas da importância da preservação patrimonial e, para isso, seria necessário envolvê-las racional e emocionalmente, de modo a que compreendessem e se afeioassem aos bens e ambientes que as circundavam.

A apropriação de bens culturais pelos cidadãos possui uma lógica específica que faz com que, em determinados momentos e em determinados grupos sociais, eles sejam valorados (Bourdieu, 2007), fortalecendo os sentimentos de identidade e de pertencimento, além de estimular a luta por direitos e o exercício da cidadania (Fabriani, Franco, & Penteado, 2013). Ressalta-se que a cidadania, segundo Marshall (1967), é formada pelo conjunto de direitos civis, políticos, sociais e culturais, sendo estes os que garantem o acesso à cultura, à produção cultural, à memória e, portanto, ao patrimônio cultural material e imaterial.

Nos anos 2000, com o propósito de disseminar a prática da interpretação do patrimônio por meio da formação de profissionais na área, ocorreu a publicação de periódicos e livros e a estruturação de redes de intérpretes em diversas partes do mundo. Também foi criada a rede *Interpret Europe* (que representa praticamente todos os países europeus), na Alemanha e a *Asociación para la Interpretación del Patrimonio* (AIP), na Espanha.

Atualmente, existem diversas outras associações em todo o mundo com foco nesta área, a saber: *Association for Heritage Interpretation* (AHI), no Reino Unido; *National Association for Interpretation* (NAI), nos Estados Unidos e Canadá; *European Association for Heritage Interpretation*, na Alemanha e França; *Interpretare* – Associação de Interpretação do Patrimônio Natural e Cultural, em Portugal; *Interpretation Australia Association*, na Austrália; *Interpretation Canada*, no Canadá; *Association Québécoise des Intérpretes du Patrimoine* (AQIP), também no Canadá; *Bildungswerk Interpretation*, na Alemanha; *Environment & Heritage Interpretation Center of Beijing Normal University*, em Pequim, na China, entre outras.

2. Interpretação: conceito

Interpretar, em sentido amplo, é um ato de comunicação, que visa não apenas comunicar informações factuais sobre diferentes temáticas, como também revelar significados e várias formas de olhar e apreender, provocando emoções, despertando a curiosidade e estimulando a responsabilidade (Murta & Goodey, 2002). Interpretar é “produzir um significado para as coisas que as pessoas veem (...). É tornar possível um entendimento daquilo que não é o cotidiano de quem vê; daquilo que, na maioria das vezes, é exótico e aguça a curiosidade de saber e de apreender” (Meneses, 2006, p. 55). Interpretar é, assim, uma atividade educacional (Tilden, 1957) que pode ser aplicada em diversos campos.

No campo do patrimônio, interpretar é o processo de acrescentar valor, sinalizando a unicidade de um determinado bem (seja ele um fato, uma prática, um objeto, um acervo, um sítio, uma cidade etc.), por meio do fornecimento de informações e representações (implícitas) que realcem a história e as características culturais, geográficas, ambientais e técnicas do mesmo. Estes bens podem ser interpretados sob uma perspectiva ampliada, evidenciando não só os componentes citados, mas também os sociais, econômicos, ideológicos, simbólicos, plásticos, técnicos etc.

A interpretação capta a essência do bem patrimonial, destacando-o como lugar ou objeto de memória, associando-o à identidade local/regional e à cidadania e atribuindo-lhe um valor social. Para Pollak (1989), monumentos, objetos, eventos passados e personalidades, com suas sinalizações interpretativas, contribuem para a criação da identidade de um lugar. Saramago afirmou: “somos a memória que temos

e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir” (1994, s.p.). A interpretação além de ser uma atividade educacional também é cultural; um processo contínuo que envolve a comunicação com o passado, com o presente e com o futuro e que necessita de pesquisas e de captação de profissionais para a transmissão de valores e de conhecimento (Murta & Goodey, 2002).

No entanto, sendo a interpretação um ato de comunicação, devemos considerar quem interpreta e para quem se interpreta a mensagem. “O olho é um produto da história reproduzido pela educação” (Bourdieu, 2007, p. 10) e o mito do olhar ‘puro’ do espectador não passa de uma invenção histórica correlata à aparição de um campo de produção artística capaz de impor suas próprias normas – tanto na produção quanto no consumo de seus produtos. Assim, um bem, mesmo interpretado, só adquire sentido e só interessa para aqueles que forem dotados do código segundo o qual ele é codificado, pois o território do ‘sentido do significado’ só é percorrido por aqueles que empreenderam o aprendizado das características propriamente estilísticas do mesmo (Bourdieu, 2007).

3. Objetivos da interpretação patrimonial

Um dos objetivos fundamentais da interpretação patrimonial é sensibilizar as pessoas para que possam (re) descobrir novas formas de olhar e apreciar o lugar, o objeto, o patrimônio, estimulando atitudes de respeito, valorização, proteção e preservação. Conforme Tilden (1957), o ideal é que exista uma estratégia consistente em três momentos sequenciais: através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; através da apreciação, a proteção.

A prática interpretativa sobre aquilo que torna um recurso cultural especial e diferente dos demais deve promover a discussão entre os vários segmentos sociais, adquirindo um caráter multi e interdisciplinar. Deve envolver, inclusive, profissionais de diversas áreas, como historiadores, geógrafos, arquitetos, sociólogos, antropólogos, turismólogos, paisagistas, arte educadores, colecionadores etc. É preciso considerar, como aponta Bourdieu (2007), que há diferentes modos hierarquizados de aquisição de cultura vinculados às classes dos indivíduos.

Da mesma forma como a prática interpretativa envolve vários segmentos sociais, também as responsabilidades sobre a preservação destes bens devem envolver diferentes setores da administração pública e entidades privadas, como o turismo, o meio ambiente, a cultura, o patrimônio, o planejamento urbano, a gestão e as políticas públicas e a educação, entre outros.

Na grande maioria das vezes, a interpretação do patrimônio vem sendo associada à atividade turística. O turismo acaba se apresentando como ‘salvação’ para a preservação do patrimônio, sobretudo em razão de seu aproveitamento econômico, mas ao mesmo tempo também pode ser destrutivo sob alguns aspectos. Profissionais do turismo, através de técnicas de interpretação, transformam o patrimônio em um atrativo, em um produto comercial, de exploração turística.

4. Estratégias metodológicas do plano de interpretação patrimonial

Há várias estratégias para o desenvolvimento da metodologia do plano interpretativo. A mais utilizada é a interpretação associada à revitalização (Murta & Goodey, 2002). Independentemente da estratégia utilizada, ela deve ser pensada em parceria com a comunidade local, verdadeira detentora do conhecimento enraizado e profundo sobre o essencial do lugar onde vive e suas práticas. “Não se pode amar e respeitar o que não se conhece e, por outro lado, quem pode melhor preservar, conservar um bem é aquele que o utiliza, é o vizinho de bem cultural ou natural” (Telles, 2000, p. 112). Tais estratégias devem ser constantemente discutidas com as lideranças e as organizações civis.

Além disso, cada grupo social produz seu próprio *habitus*, práticas socialmente percebidas, classificáveis e reproduzidas em função de condições econômicas e sociais geradoras de dispositivos de distinção (Bourdieu, 2007), organizando o gosto e a percepção do mundo social e, conseqüentemente, funcionando como uma força conservadora que mantém a divisão em classes sociais. “Pelo fato de que condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (Bourdieu, 2007, p. 164), tanto as práticas apresentam-se como configurações sistemáticas e funcionam como estilos de vida quanto as percepções que delas se tem. Sendo assim, grupos com *habitus* diferentes, muito provavelmente, vão produzir diferentes interpretações patrimoniais e vão reagir de forma diferenciada às interpretações patrimoniais a que tenham acesso. Há, portanto, um importante problema de comunicação na interpretação patrimonial.

Para dar início à execução de um plano interpretativo deve-se primeiramente avaliar a disponibilidade temporal, os recursos técnicos e financeiros, a disponibilidade de mão de obra e o destinatário da interpretação. Com base nestas informações preliminares, elabora-se um cronograma de implementação e, quando for o caso, busca-se financiamento e assistência técnica.

Traçado o cronograma, parte-se, então, para a realização de inventário, método que auxilia na etapa de identificação de bens ou mesmo de delimitação da(s) área(s) a ser(em) interpretada(s) e, conseqüentemente, preservada(s). A realização do inventário pode envolver diversos segmentos sociais, além de técnicos, políticos, empresas, entidades, estudantes etc.

Para a realização do inventário cabe, primeiramente, estabelecer critérios de seleção, por exemplo: temporal, espacial e tipológico (classificação por categorias). Diversas tipologias de inventários (inventários temáticos) podem ser estabelecidas, como: Inventário da Arquitetura Colonial, Neocolonial, Moderna etc., Inventário Histórico (através da análise da cartografia e da fotografia), Inventário de Obras de Arte (Escultóricas e Pictóricas), Inventário de obras de um determinado autor, Inventário de Cemitérios, Inventário do Patrimônio Escolar, Inventário do Patrimônio Ferroviário, Inventário de Manifestações e Práticas Culturais etc.

A princípio, tudo pode ser inventariado: textos, fotografias, partituras musicais, saberes e fazeres, expressões culturais, fatos culturais e históricos, obras de arte, acervos e coleções, lugares, ruas, cidades, ambientes etc. Todo produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão deve-se aprender a “ler”, ou seja, a decodificar, a interpretar. O inventário pode ser realizado tendo como base a pesquisa de campo e também a pesquisa em institutos culturais técnicos, científicos, de fomento, de turismo ou mesmo a pesquisa dita de gabinete, entendida como a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, jornais, guias, teses, dissertações etc. desde que constatada a veracidade das informações.

Instrumentos muito úteis para a elaboração do inventário são fichas, listas, tabelas e outros que contenham o histórico do bem, o ano de sua criação, sua localização, sua contextualização histórico-social, a descrição do seu estado atual além de outras informações relevantes. Cabe recordar que cada objeto ou prática cultural traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados que devem ser levantados, tais como: o potencial do objeto em termos de temas, histórias, reconhecimento regional, nacional e internacional, a relação do objeto com o ambiente no qual está inserido e as ligações do objeto com o passado, o presente e o futuro. Deve-se realçar as dimensões socioeconômicas, históricas, ecológicas, arquitetônicas, simbólicas etc.

Ao elaborar um inventário deve-se ter claramente definidos os objetivos que se deseja atingir com a interpretação do bem ou da prática, dependendo das características culturais e ambientais, de sua natureza e complexidade e dos recursos financeiros disponíveis. Parte-se, *a priori*, de três perguntas básicas: O que queremos que saibam? O que queremos que sintam? O que queremos que façam? Cuidado especial deve ser tomado com quem interpreta o patrimônio e com quem transmite os valores e conhecimentos.

Assim como há diversas técnicas de interpretação, também há uma gama variada de meios, instrumentos, veículos ou técnicas de divulgação, resultantes da interpretação, e que variam em função do objetivo e do

público alvo a ser atingido. Placas interpretativas, *folders*, mapas, catálogos, guias etc. devem orientar e estimular a descoberta do bem ou do local e do entorno em seus aspectos culturais e naturais, mostrando seus usos ao longo do tempo e valorizando os diferentes tempos históricos: passado e presente. No caso de interpretação de cidades, é comum sinalizá-las com placas que estimulem o prazer e a emoção de caminhar por suas ruas e praças, valorizando o significado da cultura urbana materializada nos seus monumentos e edificações e mesclando na paisagem o registro histórico com o tempo cotidiano.

Apresentamos e discutimos, a seguir, alguns casos observados ao redor do mundo, e mais especificamente no Brasil, onde a interpretação patrimonial foi aplicada e foram tomadas ações que auxiliaram na consolidação da política cultural. Dentre eles destacamos o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAO), que vem se valendo de uma política municipal para inclusão de jovens na construção da cidadania e preservação do patrimônio.

4.1. Interpretação: museus e acervos (pinturas e esculturas)

A democratização dos museus, a partir do século XX, é fenômeno que vem ocorrendo em diversos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, este fenômeno é ligado, segundo Poulot (1997), a um corpo filosófico e estético específico, marcado pela influência das proposições de Dewey (2010). A arte passa a integrar os propósitos e os valores da vida, nasce dos processos de interação entre o organismo e o meio, a que Dewey chama de “experiência”. A partir de então, começaram a surgir museus vinculados a instituições e organizações, como: dos transportes e comunicações, da aviação, dos hospitais, dos teatros etc. Ao lado deles, surgem outros destinados a documentar movimentos políticos ou ideológicos como o Museu da Paz, em Haia, em 1921; o Museu da Revolução, em Moscou, em 1929; o Museu do Fascismo, em Roma, em 1930, etc.

No Brasil, na metade do século XX, ocorreu uma grande agitação no mundo das artes, especialmente em São Paulo, com a abertura do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1947, e com o surgimento da Bienal de São Paulo, em 1951. Data também deste período o início da criação dos Museus de Arte Moderna (MAMs) como o da Bahia, em 1959. A raiz desse movimento estava na criação do Museu de Arte de Nova Iorque (MoMA), em 1929.

Entre 1964 e 1980, ocorreu uma multiplicação de museus no interior do Brasil, muito associada ao modelo de Museologia de Gustavo Barroso, de “culto à nação”, inaugurado com a implantação do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em 1922, que reforçava o sentimento de cidadania e fortalecia a busca pela identidade nacional não apenas de natureza estética, intelectual, mas também civil. Durante o governo de Getúlio Vargas, uma forte política de implantação de museus privilegiou temas como o ouro, as missões, a Inconfidência mineira etc., constituindo os primeiros museus brasileiros monográficos (que exploram determinados temas) e consolidando a intervenção estatal na área da cultura (Cândido, 2013).

A ampliação da quantidade e das tipologias de museus, a partir da década de 1990, constituiu um fenômeno típico da pós-modernidade, envolvido e determinado por questões filosóficas, sociais, culturais e políticas inerentes à época e, mais especificamente, influenciado pela demanda de um público numeroso, carente de lazer e de conhecimento. Desde então, os museus passaram a exigir, inclusive, novos métodos, modelos e práticas de gestão e de curadoria mais eficazes e eficientes.

Para atender aos diversos públicos, atrair visitantes, torná-los fiéis, integrá-los às questões do mundo contemporâneo e deles se aproximarem cada vez mais, os museus de praticamente todo o mundo encontram-se, na mesma situação: com a necessidade de redobrar esforços. O universo dos museus não se restringe mais ao seu público residente, pois privilegia o nomadismo, o visitante de todos os lugares.

No início do século XXI, novas estruturas museológicas foram inseridas em um contexto de globalização. Essa instituição patrimonial passou a ser entendida como prestadora de serviços para as comunidades, assumindo papel importante no campo social e espaço fundamental na vida social do homem contemporâneo.

O mais encantador nos museus é justamente o fato de eles se reatualizarem (Cândido, 2013). Chagas (2007) destaca que museus nascem para serem pragmáticos, já surgem dialéticos, porque pretendem celebrar o passado, mas serão sempre interpretados por um olhar presente.

Alterando significativamente a noção de patrimônio, a visão contemporânea sobre os museus é a de seu reconhecimento como “capital” (Carvalho, 2008). A atual noção passa de tesouro intocável à de capital cultural explorável, gerido e integrante do capital social e cultural (Bourdieu, 1998). Considera-se que há diversos modos de apropriação da arte entre os membros das diferentes classes sociais, que se distinguem em função do grau de familiaridade com a cultura tida como legítima. Um dos mais seguros testemunhos de reconhecimento da legitimidade “reside na propensão dos mais desprovidos em dissimular sua ignorância ou indiferença” (Bourdieu, 2007, p. 298) e, assim sendo, há uma profunda submissão – em matéria de cultura e de linguagem – aos valores dominantes. Estes visitantes menos providos culturalmente podem não entender o que estão vendo, nem mesmo entender as interpretações patrimoniais, mas fingem que entendem para não serem tomados por ignorantes.

Na ressignificação dos museus na contemporaneidade, eles deixam de ser considerados apenas casas de memória que representam o passado ou locais de exposição, e passam a ser espaços para construção do conhecimento, espaços vivos que exigem ações mais complexas, voltadas não apenas para a comunicação com seu público, mas também para a interpretação de temas, fatos históricos, obras e acervos. A cultura é, então, materializada e interpretada num processo educacional.

Novas tecnologias e o acesso à informação contribuem para essa formação do pensamento, assim como o diálogo com o público visitante dos museus favorece a aproximação da cultura. Gonçalves afirma que é possível considerar que a visita a uma exposição é uma experiência social que tem repercussão sobre o universo afetivo do visitante e em sua aprendizagem, aqui entendida como reificação de conhecimentos e sentimentos (2004, p. 91).

Muitos museus estão sendo criados ou readaptados segundo esta nova perspectiva, exigindo novas formas de comunicação e interpretação e projetos de valorização das manifestações culturais. É cada vez mais frequente que os museus reproduzam ambientes de determinadas épocas, englobando detalhes valiosos da arquitetura, da pintura, do vestuário, dos costumes, das tradições etc. Elementos do cotidiano vêm sendo ressignificados, numa total liberdade de usos artísticos. A arte funciona, assim, como uma produtora de novas interpretações, algumas das quais até mesmo subjetivas, quando os segmentos semióticos que a constituem passam a formar novos campos de significados, estabelecendo uma comunicação diferenciada.

Num processo interpretativo, como afirma Tilden (1957), o foco é, dentre outros, os sentidos do visitante, conscientizando-os sobre determinadas características do ambiente. Atualmente, há diversos outros museus brasileiros e internacionais atuando desta mesma forma.

É imprescindível que o museu deixe evidente qual o seu tema e como este será interpretado em função de seu acervo, exposições, área, entorno etc., e de sua missão, o que envolve seu significado junto à comunidade, as ações culturais e educativas tomadas além de outros fatores como gestão, curadoria, interpretação, educação etc.

O interesse em conhecer e sistematizar a reflexão sobre os diversos públicos dos museus está estreitamente relacionado às expectativas da sociedade quanto à missão de tais instituições em sua relação com a interpretação patrimonial. O debate em torno das práticas do ensino de arte tem sido constante na educação. Ultrapassando as possibilidades da intencionalidade nos deparamos com a arte/educação e somos levados a infringir limites e forjar metodologias de ensino, pesquisas de temas, objetos (obras), movimentos e artistas. Pesquisas têm avançado através de experiências pragmáticas e teóricas.

Fato é que nem sempre os curadores dos museus e os artistas veem com bons olhos a educação nos museus: têm medo de que os museus se tornem espaços escolares ou abertos demais. Muitos artistas

preferem utilizar os museus como espaços onde podem expor suas obras para grupos seletos, menores e mais fechados, indo na contramão da tendência atual que se interessa por levar as obras para o maior contingente possível da população, até como forma de emancipação cultural. Cabe ressaltar que os direitos culturais são fundamentais a todos os cidadãos brasileiros, conforme expressam os artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. O artigo 216, § 1º, estabelece ainda que os cidadãos têm o direito e o dever de auxiliar o poder público na criação, manutenção e uso efetivo do patrimônio cultural. Mas, para que isto ocorra é necessário educar os cidadãos.

Os museus devem ser espaços sistematizados de educação que, além de cumprirem suas funções curatoriais e investigativas, devem também ser espaço para a interpretação patrimonial, para o deleite e a aprendizagem de maneira a possibilitar que os visitantes exerçam sua cidadania e estabeleçam uma comunicação sensível com as obras expostas, sendo capazes de julgar valores estéticos. Deve-se considerar, inclusive, o gosto pessoal que classifica e diferencia os sujeitos sociais. Bourdieu (2007) afirma que o *habitus* de consumo de um bem recebe um valor social pelo uso social a que é submetido, passando a ser condicionado ao capital simbólico atribuído pelo consumidor e a sua necessidade de consumo, frente à distinção promovida. Está intrínseco o valor simbólico que essa representação estética do bem reflete na realidade social vivenciada pelo sujeito que a consome.

A interpretação de uma obra de arte, por sua vez, é a verbalização de uma imagem, ou seja, é a transformação em palavras de algo visual, de modo a que todos possam compreendê-la. É, assim, “a criação de um discurso coerente usando da articulação de saberes estabelecidos (relacionados com a obra, o seu processo de criação, a nossa leitura da expressividade, contexto histórico-cultural, a iconografia...)” (Silva, 2017, s. p.).

Para a interpretação de uma obra de arte, deve-se partir de uma análise formal, com a identificação do autor (nome do artista); título da obra (quando houver); local e data de produção; localização atual e anterior (se conhecida); dados técnicos, como dimensão da obra, materiais utilizados, suporte e condição geral da mesma; temática, ou seja, o que é mostrado, quais locais, pessoas e objetos são passíveis de identificação; função, isto é, motivo para o qual a obra foi concebida, se é uma peça de natureza religiosa ou devocional, se é um mural público ou algo produzido para o proveito de um indivíduo em particular; estrutura, ou seja, a relação entre os limites do suporte e a própria pintura ou desenho; e composição, que se refere à organização das partes que compõem o todo, ou seja, à estrutura pictórica em si.

Todos estes dados referentes a uma análise formal da obra são fundamentais para compreendê-la e permitirão posicioná-la cronologicamente. A partir de então, para que o processo de interpretação esteja completo, deve-se passar para uma análise baseada em informação histórica, associando-a com o contexto histórico, social, cultural e/ou religioso. A interpretação da obra de arte deve ser concluída com uma decodificação do tema, dos significados reais ou simbólicos em questão, uma vez que ela pode ser testemunho de um determinado tempo. Também é fundamental para a interpretação da obra o conhecimento sobre seu autor, quem foi, onde nasceu e viveu, qual sua formação e sua vinculação com os movimentos artísticos de seu tempo.

A interpretação de uma obra escultórica segue os mesmos elementos de uma pictórica. No entanto, no caso de uma escultura é muito importante o local expositivo, pois normalmente pode revelar a função da peça ou a intenção de sua produção, ou seja, se foi concebida para integrar um conjunto escultórico, se foi para exposição pública ou privada, se sua natureza foi religiosa, devocional, funerária, comemorativa, política, decorativa ou outros propósitos. A interpretação de uma escultura prende-se mais à forma, na medida em que sua linguagem se exprime pela tridimensionalidade criando elementos de análise acessórios.

4.2. Interpretação: arquitetura – edifícios, ruas e cidades

A arquitetura, considerada a arte de projetar e construir edifícios, assim como a pintura ou a escultura, sua interpretação refere-se à análise e compreensão da forma e da estrutura da obra. Parte-se dos elementos formais, como identificação do arquiteto (quando conhecido); localização e data de construção. Considera-

se que muitos edifícios foram construídos ao longo de vários anos ou em períodos intermitentes, devendo ser devidamente assinalados, especificando quais partes foram construídas em qual data e eventualmente, também, as alterações de estilos feitas no decorrer do tempo. A função ou propósito de construção (inicial e posteriores), tais como devocional, doméstica, civil, industrial, cultural etc., também devem ser salientados. Quanto à estrutura, deve-se considerar as formas e estilos arquitetônicos utilizados e se foram (ou não) influenciados por modelos estrangeiros ou mesmo por *revivalismo*, imitando algum vocabulário arquitetônico mais antigo. Para a interpretação adequada deve-se analisar, inclusive, o método de construção utilizado, os materiais e elementos que eventualmente reflitam a cultura local. A estrutura do telhado e os materiais utilizados em sua confecção podem estar relacionados com questões climáticas, com disponibilidades de materiais regionais ou até mesmo com costumes locais.

Detalhes da construção das fachadas, sacadas, portas, janelas e elementos decorativos também são fundamentais na interpretação. A quantidade, tamanho, posicionamento, formato e materiais utilizados são reflexos da cultura, da história, de regras, convenções e/ou legislação locais, que acabam definindo padrões, valorizando a particularidade de cada lugar ou mesmo o comportamento e gosto dos moradores. Aliás, no que tange aos moradores, saber quem ocupou qual residência é um grande diferencial, uma vez que os habitantes são fundamentais na estruturação de uma cidade, sobretudo em se tratando de um morador ilustre que pode tornar algumas casas mais especiais que outras numa escala social.

Ampliando a análise para as ruas também nos deparamos com questões formais e simbólicas fundamentais para a interpretação. O tipo de material de revestimento do piso das ruas e das calçadas, assim como a largura, refletem sua forma de uso e que podem estar relacionados com o tipo e o volume de tráfego de pedestres ou de veículos. O alinhamento das edificações, o estilo do paisagismo no espaço público, a altura e tamanho das construções (volumetria) e as edificações dominantes (igrejas, escolas, hospitais etc.) são, muitas vezes, reflexos de questões sociais, culturais ou temporais.

Assim como a análise formal, o nome da rua normalmente está associado a algum fato histórico ou mesmo a alguma pessoa célebre. Desvendar a relação do nome com a história e com significado local, regional ou até para além dos limites territoriais é fundamental para uma correta interpretação do patrimônio e posicionamento histórico e sociocultural. Afinal, a interpretação dos marcos de uma cidade ajuda a compreender suas origens, seu crescimento e suas práticas culturais.

Todas as cidades guardam vestígios do passado e devem ser vistas “como uma escritura, uma fala a ser interpretada pelas pessoas que por ela circulam” (Albano, 2002, p. 275). Assim, a interpretação passa por aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos, sociais, econômicos, simbólicos entre outros, pois cada qual oferece uma infinidade de enfoques a serem abordados.

Choay afirma que “uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas é ao mesmo tempo um tecido vivo” (2006, p. 200). Por isso, na interpretação do patrimônio material, as práticas sociais e as manifestações culturais imateriais devem ser consideradas, pois contribuem para a melhor compreensão da dinâmica da cidade.

Na interpretação das cidades devemos considerar a localização dos rios, pois, na grande maioria das vezes, foi o local de início da cidade por questões de subsistência e de transporte. O traçado da cidade dá uma ideia sobre o seu uso, assim como os destinos das estradas mostram o contato com o entorno e com outros centros urbanos. A localização do mercado, local quase universal em praticamente todas as culturas, pode dar pistas sobre as tradições mais antigas e a expansão da cidade.

A localização dos locais de diversão, como estádios de futebol, teatros, cinemas, museus etc. também reflete a cultura local. Segurança, proteção e serviços administrativos são atividades regulares que podem ser interpretadas através da constatação de eventuais muros e portões, locais de resistência histórica, e prédios de poder, como câmaras, casas do tesouro e até cadeias, pois asseguram a autoridade e refletem o governo.

A devoção também está presente em praticamente todas as culturas, por isso, construções e lugares sagrados (ou até mesmo espaços abertos), independentemente da religião, demonstram a presença de atividades regulares de reverência, cerimônias, ritos e fé. Por serem sagrados, normalmente são os locais mais respeitados e os mais preservados de uma cidade (Goodey, 2002).

5. POEAO: projeto brasileiro bem-sucedido que associa práticas de interpretação à educação patrimonial, preservação e cidadania

Pensando em como a interpretação, valorização e preservação do patrimônio possibilitam a ampliação da cidadania, sem desprezar as normas e a legislação criadas na década de 1970, foi criado em Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAO) e desde então vem se expandindo, atuando em diversas partes do país, recuperando cidades e cidadãos.

Foi em Santana do Parnaíba (São Paulo), cujo centro histórico possui, segundo dados da prefeitura, 209 imóveis dos séculos XVII, XVIII e XIX tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), sendo dois deles também tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que o POEAO ganhou mais notoriedade. Embora este projeto tenha sido lançado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município em 1999, foi apenas em 5 de dezembro de 2016 que ele foi regulamentado pela Lei Municipal nº 3579, que estabelece não apenas sua criação, mas as pessoas envolvidas, os benefícios dos integrantes, a carga horária, as oficinas lúdicas e teóricas, as disciplinas a serem ministradas, que incluem educação patrimonial, leis sobre patrimônio histórico, história da arte, história do restauro, noções de leitura e interpretação de projetos, conservação preventiva de acervos gráficos, matemática, alvenaria, marcenaria e outras, distribuídas por quatro horas diárias e cinco anos de duração do curso.

O POEAO é um projeto de caráter sociocultural desenvolvido por engenheiros e arquitetos. Tem como objetivo capacitar profissionalmente adolescentes entre 14 e 17 anos (segundo a Lei nº 3579/2016), de baixa renda, moradores do município onde o projeto está sendo desenvolvido, e estudantes regulares das escolas da rede de ensino municipal e, em alguns casos, da rede particular, que se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial, para atuar na área de construção civil, especificamente na valorização, preservação, conservação e restauro do patrimônio cultural material. Por meio deste projeto, “a Prefeitura de Santana de Parnaíba resgata mais que o maior patrimônio histórico tombado e preservado do Estado de São Paulo, resgata a vida e dá oportunidade de carreira para garotos e garotas de toda a cidade” (Prefeitura de Santana de Parnaíba, s.d, s. p.).

No Brasil, a área de restauro foi e ainda é bastante elitizada e normalmente vem sendo exercida por profissionais com nível superior e especialização na Europa, cuja mão de obra é caríssima. No entanto, o POEAO acaba por deselitizá-la, uma vez que o restauro passa a ser desenvolvido por jovens pobres e marginalizados. Sua importância é notória, tendo recebido diversos prêmios nacionais e internacionais, dentre eles o *Prêmio Aldo Papone* concedido pela *Global Travel & Tourism Partnership* (GTTP), em 2007, o Prêmio de Serviço Público, concedido pela ONU, em 2008, entre outros.

Por meio da interpretação do patrimônio cultural local, de cursos de capacitação profissional, de técnicas de restauro que respeitam as normas técnicas internacionais e as Cartas Patrimoniais, de (re)conhecimento de histórias e tradições e dos direitos básicos do cidadão, o POEAO acaba se constituindo em um laboratório de técnicas construtivas tradicionais a um custo bastante inferior ao até então utilizado, introduzindo, então, uma nova relação com a preservação e a adoção de uma nova maneira social de restauração do patrimônio, criando oportunidades de educação e cidadania para os jovens das localidades onde é inserido seja possibilitando-lhes se tornarem mestres para a construção civil com especialização em restauro (em alvenaria, marcenaria, forja artística, lúdica, pintura e entalhe), seja conscientizando-os sobre o valor histórico de seu patrimônio.

O POEAO já beneficiou mais de 700 jovens, em Santana de Parnaíba e mais de 2.500 em todo o país. Além de serem capacitados, eles também recebem, durante o curso, vale-transporte, vale-alimentação, bolsa-auxílio e seguro de vida. A proveniência das verbas pode variar dependendo da localidade. No estado de São Paulo, o apoio financeiro para manutenção do POEAO é proveniente do governo do estado, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no caso de Santana de Parnaíba, e do CONDECA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente) da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, no caso de Itu.

Tamanha é a importância do POEAO no Município de Santana de Parnaíba que, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), já formalizou convênios de cooperação técnica com 35 cidades, enveredando por outros seis estados brasileiros – 4 no Sudeste (20 cidades no estado de São Paulo, dentre elas Iperó, São Luiz do Paraitinga, Bananal, São Sebastião, Itu e outras; e 15 cidades em outros estados, no estado do Rio de Janeiro; no estado de Minas Gerais, em Ouro Preto e Mariana; e no estado do Espírito Santo, em Vitória e São Mateus) e 2 no Nordeste (no Estado do Ceará, em Fortaleza e Sobral; na Bahia, em Porto Seguro e Trancoso). Nestas cidades, o POEAO recebeu o suporte de órgãos nacionais como o IPHAN e dos conselhos ou secretarias estaduais, no caso do estado de São Paulo, do Condephaat.

O POEAO traça novas fronteiras e evidencia que a valorização do patrimônio e dos recursos culturais por meio de práticas de interpretação patrimonial, enquanto fonte de ensino, é consequência de esforços multidisciplinares que envolvem acurada pesquisa histórico-documental, iconográfica e bibliográfica. Paralelamente a essa discussão, ainda há clara preocupação com a importância do patrimônio para a memória, para a cidadania e para a identidade nacional.

Assim, o POEAO vem sendo o responsável pela restauração e reabilitação de diversas fachadas de imóveis do centro histórico de algumas cidades brasileiras, assim como de ambientes, casas, igrejas, senzalas, prédios, monumentos históricos, e/ou práticas sociais locais (passadas e atuais) onde o projeto vem sendo desenvolvido, tendo, então, seu patrimônio preservado e revitalizado. Simultaneamente, o POEAO vem resgatando e fortalecendo a cidadania dos jovens, despertando e consolidando um sentimento de pertencimento, de resgate e reforço da identidade local e de consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadãos; os moradores do centro históricos têm suas casas valorizadas; os comerciantes aumentam seus lucros com o crescimento do número de visitantes; e a Prefeitura melhora a arrecadação de impostos possibilitando investimentos em outras frentes ou mesmo no próprio projeto.

Mas, para isso, o restauro deve ser baseado no reconhecimento que se faz da obra e dos recursos patrimoniais enquanto documento histórico, que devem ser corretamente interpretados. O fundamental é que a comunidade se sinta detentora e protetora dos bens em questão, sentimento atingido apenas a partir da clara interpretação e valorização do recurso patrimonial. A legislação tem por intuito assegurar a preservação, mas o sentimento de pertencimento da população, estimulado pelo seu patrimônio, deve ser considerado para justificar sua conservação e valorização histórica. Desta forma, o resultado do POEAO é o maior legado que certos municípios estão deixando às gerações futuras.

6. Considerações finais

Apesar da evidente importância social e cultural dos recursos patrimoniais materiais e imateriais, grande parcela da população desconhece seu próprio patrimônio, carecendo primeiramente de uma mediação capaz de prepará-la a respeito de sua importância. Barbosa afirma:

O movimento de mediação busca romper a elitização da arte em nome da democratização do acesso a todos aos bens culturais. Mediação de qualidade estimula o senso crítico e leva o público a exigir produções artísticas de melhor nível. Isso está dentro de uma visão maior de cidadania e de melhora da qualidade de vida numa perspectiva mais ampla de educação (Barbosa, 2009, p. 7).

Quando as pessoas conhecerem seu patrimônio cultural e se conscientizarem de sua importância, entenderão suas histórias e tradições, possibilitando a continuidade cultural. Traçando um elo entre o passado e o presente se identificarão com seus bens e se reconhecerão como parte integrante da sociedade em que vivem, exercendo mais conscientemente seus direitos e deveres em busca do bem comum. O patrimônio pode, então, se transformar em uma ferramenta para o exercício da cidadania, daí a necessidade de sua interpretação.

A habilidade de interpretar acervos, pinturas, esculturas, edificações, ruas, cidades e práticas culturais, assim como sua apreciação, são diferentes para os diversos grupos culturais, dependendo da bagagem cultural individual de cada indivíduo, permitindo, assim, diferentes opiniões. Pode haver um abismo cultural entre os produtores de interpretações patrimoniais e aqueles que vão entrar em contato com essas interpretações. As perspectivas sobre o patrimônio são diferentes, entretanto, podem se resolver a partir do momento em que se aprende a interpretar o patrimônio por meio da cultura e da educação patrimonial, sempre respeitando a veracidade histórica. O grande desafio da interpretação patrimonial está, portanto, em possibilitar a comunicação de universos culturais diferentes. Meneses afirma que

O processo de identificação, apreensão, interpretação e informação sobre o patrimônio cultural deve ser adequado à realidade social, útil à sociedade, a serviço da qualidade de vida da população e, portanto, harmônico com ela. Deve ser uma construção própria, diversa, histórica, associada intimamente com a realidade local, que é distinta em cada *locus* de observação (Meneses, 2006, p. 59).

Exemplo claro de identificação do patrimônio e de interpretação patrimonial como base das identidades culturais é a diversidade de bem registrados como patrimônios culturais imateriais pelo IPHAN. Nessa mais recente noção de patrimônio cultural, a imaterial, diferentes experiências dos grupos humanos, conjunto de identidades sociais carregado de memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas que representam uma sociedade devem ser preservadas. Incluem-se nesse leque os saberes da cultura popular, as celebrações, as festas, a religiosidade, a musicalidade, as danças, as comidas e bebidas, as artes, o artesanato, os mistérios e mitos, a história oral e tantas expressões diferentes que fazem do Brasil um país culturalmente rico.

É a valorização e a preservação dessa diversidade, muitas vezes única a alguns grupos sociais, que de dentro das suas áreas de subsistência ajudam a tecer o complexo tecido social formando a identidade da nação brasileira, conhecida por sua diversidade, miscigenação e pluralidade. Em se tratando do patrimônio cultural imaterial, claramente privilegia a cultura indígena e a africana, na maioria das vezes desfavorecidas economicamente quando comparadas à dos detentores do patrimônio cultural material, elitizado por natureza.

O patrimônio cultural imaterial privilegia e valoriza a cultura local, regional, o que faz com que, na maioria das vezes, faça sentido apenas para as comunidades em questão. Este é o caso da Arte Kusiwa (AP), da Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá (Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso), do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe (Mato Grosso), do Tambor de Crioula (Maranhão), do Marabaixo (Amapá) ou mesmo do Bembé do Mercado (Bahia) entre outros. A interpretação destes patrimônios cabe, indubitavelmente, às próprias comunidades onde estão inseridos, pois diferentes grupos sociais tenderiam a diferentes interpretações que nem sempre poderiam corresponder à real.

As práticas de interpretação patrimonial estabelecem uma relação entre o sujeito criativo e o cidadão participativo, investindo na arte como forma de conhecimento e exercício de cidadania. Uma experiência interpretativa possibilita uma espécie de encontro consigo mesmo ou com o grupo. Por isso, como afirma Meneses (2006), a interpretação não pode ser dissociada da identidade, das idiossincrasias, das tradições e das formas de expressão da sociedade local. A isso incluímos também a bagagem cultural individual, que varia em função da classe socioeconômica de cada indivíduo.

Neste contexto, cidadania, patrimônio cultural, educação e interpretação patrimonial inter-relacionam-se. Na medida em que os cidadãos se identificam e se apropriam dos bens culturais, passam a se posicionar como integrantes da comunidade e responsáveis pela preservação dos mesmos, ampliando, assim, a noção de cidadania e possibilitando a continuidade cultural. Fabriani, Franco e Penteado (2013) afirmam que não há cidadania sem o reconhecimento de um patrimônio cultural comum, pois é através dos bens culturais que os cidadãos têm acesso às suas origens e histórias, estabelecendo um elo de identidade e de pertencimento aos locais.

A importância das práticas de interpretação e educação patrimonial é fundamental para a preservação da memória e do próprio patrimônio cultural num exercício da cidadania. Este processo exige sempre uma clara concepção da interpretação e tomada de medidas educacionais para contribuir para melhoria da situação atual. Como afirmam Murta e Albano, “é tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades” (2002, p. 11).

Visando à ampliação de questões referentes à educação patrimonial, ao aprendizado da interpretação e conseqüentemente à valorização e preservação do patrimônio, história e memória, o IPHAN vem desenvolvendo diversas ações e publicações. O objetivo é apresentar de forma didático-pedagógica instrumentos que ajudem a fomentar o diálogo entre educação patrimonial e cidadania no Brasil, estimulando as comunidades a identificarem e valorizarem suas referências culturais locais a partir de técnicas de inventários, levantamento documental, interpretação e valorização de seu patrimônio.

Nesse sentido, o POEAO destaca-se como um projeto promissor que estimula não só o reconhecimento do patrimônio pela comunidade local mas também a inclusão social e econômica de jovens em situação de risco psicossocial, possibilitando a melhoria na qualidade de vida atrelada à formação profissional e inclusão no mercado de trabalho criado através dos laboratórios do projeto. O POEAO pode ir além da importância já assumida, inspirando cada vez mais outros municípios brasileiros, indicando projeções futuras para ações de interpretação patrimonial, restauro e preservação.

O grande desafio é ultrapassar a ideia de que o patrimônio cultural brasileiro está vinculado a uma elite dominante, branca, portuguesa, católica, de elevado poder aquisitivo, e fazer com que as pessoas em geral se conscientizem sobre a importância do patrimônio cultural, garantindo a todos os cidadãos seu reconhecimento como parte integrante do seu território e, conseqüentemente, possibilitando a perpetuação da história, da memória e da cultura para as futuras gerações, seguindo, assim, a estratégia sequencial de Tilden (1957): Interpretação-compreensão-apreciação-proteção.

As perspectivas sobre o patrimônio são diferentes e, como afirma Laraia, “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado” (2000, p. 46) e, assim, “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (2000, p. 69). Portanto, a formação continuada de agentes e educadores na área patrimonial se revela essencial para estabelecer o diálogo entre educação e interpretação patrimonial, relativismo cultural e cidadania. É preciso considerar que há diferentes modos hierarquizados de aquisição de cultura vinculados às classes dos indivíduos (Bourdieu, 2007). A interpretação patrimonial, embora de fundamental importância, ainda carece de ações específicas em todas as esferas da sociedade e do poder público no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albano, C. (2002). O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João del Rei e Tiradentes. In S. Murta & C. Albano (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (pp. 273-282). Belo Horizonte: UFMG; Terra Brasilis.
- Bourdieu, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Calabrese, O. (1997). Como se lê uma obra de arte. *Colecção Arte & Comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- Cândido, M. D. (2013). *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Mediatriz.
- Carvalho, R. M. R. (2008). Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual. *Revista Eletrônica do programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio*, 1(1). Recuperado de [http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus]. Consultado [01-08-2018].
- Chagas, M. (2007). Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. In M. F. Lima Filho, C. Eckert, & J. F. Beltrão (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos* (pp. 175-198). Blumenau: Nova Letra.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP.
- Dewey, J. (2010). *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fabriani, C. B.; Franco, L. F. R., & Penteado, F. C. (2013). Patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável e cidadania: o desafio das práticas preservacionistas. *Revista Direitos Culturais*, 8(14). Recuperado de [https://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/nio-vel-pra-ticas-preservacionistas-439498386]. Consultado [01-08-2018].
- Gonçalves, L. R. (2004). *Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX*. São Paulo: Edusp; Fapesp.
- Goodey, B. (2002). Olhar múltiplo na interpretação dos lugares. In S. Murta & C. Albano (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (pp. 75-94). Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis.
- IPHAN (2014). *Bens imateriais registrados e Área de Abrangência*. Recuperado de [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20Estado%202019(2).pdf]. Consultado [01-09-2019].
- Laraia, R. B. (2000). *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Leite, E. & Caponero, M. C. (2015). As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960. *Revista Confluências Culturais*, 4(1), 9-19.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, Status e Classe Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Meneses, J. N. C. (2006). *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Murta, S. & Albano, C. (2002). Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In S. Murta & C. Albano (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (pp. 9-12). Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis.
- Murta, S. & Goodey, B. (2002). Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In S. Murta & C. Albano. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (pp. 13-46). Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 3-15.
- Poulot, D. (1997). *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, Bibliothèque des Histoires.
- Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba (2011). *Projetos*. Recuperado de [http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/culturaeturismo/projetos.html]. Consultado [01-12-2019].
- Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba (2016). *Lei nº 3579, de 05 de Dezembro de 2016*. Recuperado de [https://leismunicipais.com.br/al/sp/s/santana-de-parnaiba/lei-ordinaria/2016/357/3579/lei-ordinaria-n-3579-2016-autoriza-o-executivo-municipal-a-criar-o-programa-oficina-escola-de-artes-e-oficios-de-santana-de-parnaiba-poeao?r=p]. Consultado [01-12-2019].
- Saramago, J. (1994). *Cadernos de Lanzarote*. Lisboa: Caminho. Recuperado de [http://www.citador.pt/frases/somos-a-memoria-que-temos-e-a-responsabilidade-qu-jose-de-sousa-saramago-20877]. Consultado [01-08-2018].
- Silva, Y. (2017). *Análise de obras de arte*. Recuperado de [http://www.elearning.citaliarestauro.pt/pluginfile.php/3083/mod_resource/content/1/Textos%20de%20Apoio.pdf]. Consultado [01-01-2017].
- Telles, A. C. S. (2003). Preservação dos bens culturais ontem e hoje, e amanhã? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 164, nº 419, 107-122.
- Tilden, F. (2008). *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.